Perspectivas do ensino de Direitos Humanos na formação de oficiais da Polícia Militar do Pará: um enfoque institucional-regulatório.

Perspectives on human rights education in the training of military police officers in Pará: an institutional-regulatory approach.

Sony Anderson Pinheiro Serrão[1]

Palavras-chave: Formação de oficiais; policial militar; direitos humanos.

Keywords: Officer training; military police; human rights.

Os Direitos Humanos estão no cerne dos debates envolvendo a segurança pública, de maneira que a tendência é que ainda na formação inicial seja estabelecido um modelo profissional que se adeque aos parâmetros internacionais e nacionais, preparando o profissional da segurança pública para saber e aplicar tratamento à população baseado em tais direitos (LOPES, RIBEIRO, TORDORO, 2016). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho será analisar de que forma é regulamentado pela Polícia Militar do Estado do Pará (PM PA) a formação em Direitos Humanos para os cadetes do curso de formação de oficiais da instituição militar.

Para cumprir tal finalidade, foi realizada pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritivo-analítica, inferindo-se dados e interpretações acerca das normas e orientações institucionais. Foram analisadas a Diretriz-geral de educação da PM PA, o projeto pedagógico formativo do curso de formação de oficiais (CFO) e o Programa de Disciplinas do Curso de Formação de Oficiais 2025-2026, com o fito de identificar como o ensino em Direitos Humanos estão previstos em tais normas, sua carga horária, os métodos e as abordagens pedagógicas, bem como refletir sobre os desafios e limites da abordagem dos direitos humanos na formação do cadete.

[1] Bacharel em Direito. Cadete do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar “Coronel Fontoura”. E-mail: sony.serrao@gmail.com.

A priori, a Diretriz-Geral de Educação da Polícia Militar do Pará (Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA), refere-se ao conjunto de normas, princípios e valores criados para organizar, orientar e definir o Sistema de Educação Policial Militar (SEPM). É importante já que traça as linhas gerais de ação, possui base principiológica e revela o alinhamento com o nível estratégico da instituição militar, conforme pode ser visto nos artigos 2º ao 7º, onde estão previstos os objetivos da Diretriz-Geral, conceituação a respeito da política de ensino, os fundamentos da política de ensino e a missão, visão e valores que guiarão as ações no âmbito do sistema educacional militar.

Por sua vez, observando o teor da Diretriz-Geral de Ensino, foi elaborado pela Polícia Militar paraense o Projeto Pedagógico Formativo do Curso de Formação de Oficiais 2025-2026. Trata-se de documento cuja estrutura abrange os parâmetros legais que fundamentam a realização do curso de formação, os objetivos da formação, condições de execução a malha das disciplinas, visando estabelecer os parâmetros educacionais que orientarão a formação especializada dos discentes aprovados no Concurso Público nº 1 – CFO/PMPA/2023, convocados pelo Edital nº 008/2025 – SSMRPC/ST/DGP (DOE nº 36.187, de 4 de abril de 2025), além de alunos de turmas anteriores do CFO PM, aguardando rematrícula.

O projeto será lido em conjunto com a Resolução nº 381/2024 – GAB CMDO/PMPA, que aprovou o Programa de Disciplinas do Curso de Formação de Oficiais 2025-2026. Este é o documento que descreve a ementa, objetivos, competências, referências bibliográficas, dentre outras informações, relacionadas as disciplinas que serão ministradas aos cadetes por ocasião da etapa formativa.

Em análise ao conteúdo de tais normas, observou-se que a Diretriz-geral prevê entre os princípios éticos que guiarão o processo formativo de policiais militares a compatibilidade entre Direitos Humanos e Eficiência Policial Militar, ou seja, as “ações de ensino e instrução devem sempre estar em conformidade com os princípios dos direitos humanos, assegurando que a eficiência operacional seja conduzida dentro dos padrões de um estado democrático de direito” (art. 27). Posteriormente, quando trata das orientações pedagógicas, no capítulo VII, a diretriz aponta que a

promoção dos direitos humanos e do exercício pleno da cidadania contribuem para a formação integral do indivíduo (art. 34).

Por conseguinte, o Projeto Pedagógico Formativo do Curso de Formação de Oficiais prevê como uma de suas finalidades a adoção de uma abordagem didático-pedagógica robusta alicerçada nos princípios da legalidade, respeito aos direitos humanos e compromisso com a defesa social. Além disso, é previsto nos objetivos específicos do curso a compreensão dos fundamentos jurídicos doutrinários e científicos que embasam a atuação do Oficial da Polícia Militar, com foco na segurança pública, nos direitos humanos, nas ciências policiais e na gestão de unidades operacionais, articulando ensino, pesquisa e extensão (item 3.2).

Em seu conteúdo também consta a malha curricular que estima a disciplina de Direitos Humanos, com carga horária de 30 horas/aulas, a ser ministrada no terceiro período do curso, bem como atividades extracurriculares voltadas para a proteção de populações vulneráveis, como os povos indígenas e a comunidade LGBTQIA+. O intuito é capacitar os cadetes para desenvolver o senso crítico e a empatia pela temática, desmistificando preconceitos arraigados na área de atuação, de modo a prestarem atendimento de qualidade a tais grupos vulneráveis.

Por sua vez, ao consultar o Programa de Disciplinas do Curso de Formação de Oficiais 2025-2026, denota-se a transversalidade da temática de direitos humanos, que perpassa por disciplinas desde as mais teóricas, como Crime Organizado e Segurança Pública e Teoria da Polícia, pelas mais técnicas como Criminalística e Medicina Legal, incluindo-se as mais práticas como Defesa Pessoal Policial Militar, Operações Policiais Militares em Área Urbana e Área de Selva.

Ao adentrar na proposta de ensino da PM PA, observa-se a preponderância de técnicas de ensino que priorizam metodologias ativas, centradas no discente e orientadas para a construção de competências. São técnicas como resolução de problemas, estudo de casos, painel de discussão, discussões em grupo, discussão dirigida e debate cruzado, grupos de vivência/verbalização e observação (GV/GO), *brainstorming* e *brainwriting*, dentre outras técnicas que estimulam o raciocínio crítico e a tomada de decisão em situações reais ou simuladas, favorecem a argumentação,

o diálogo e o trabalho colaborativo e proporcionam reflexão sobre experiências e condutas observadas.

O projeto pedagógico reforça que tais técnicas estreitam a “relação entre teoria e prática e proporcionam uma formação profissional integral, coerente com os princípios da legalidade, da cidadania e da ética policial militar” (PARÁ, 2025a, p. 27). Além disso, inferem-se que tais técnicas visam capacitar os policiais para o desempenho de sua função em estrita observância aos cânones norteadores da função policial numa sociedade democrática, além de que os prepararia para atuar com responsabilidade e bom senso, compreendendo a importância do seu papel social, onde deve-se destacar sua habilidade em administrar conflitos através da utilização de técnicas discursivas, ou não, e de negociação pela persuasão e argumentação (LIMA, 2003).

Outra questão é que os documentos analisados buscam afastar a formação profissional do policial militar do modelo baseado essencialmente na adesão às regras e procedimentos organizacionais, restringindo o policial de tomada de decisões nas atividades relativas ao dia-a-dia da instituição. Tal modelo se contrapõe à realidade policial, onde o militar se defronta com uma grande diversidade de situações com relação as quais tem que tomar constantemente decisões que não estão necessariamente de acordo com as diretrizes, procedimentos ou normas gerais já pré-fixadas, mas que exigem uma postura crítica, sensível, transversal, ao mesmo tempo, que tenham por objetivo a aplicação eficiente da lei (PONCIONI, 2005).

O estudo também verificou a mudança de foco da formação voltada para o policiamento geral ostensivo, com ênfase na preparação física do militar, onde se exige força física e virilidade (PONCIONI, 2005), em vez disso, desloca-se o foco para a atividade preventiva, com ênfase na relação direta com a comunidade, privilégio das relações interpessoais, negociação de conflitos e promoção de direitos humanos, o que se evidencia pela alta carga horária voltada a disciplinas da área das ciências humanas e sociais e a transversalidade de conhecimentos inerentes a elas nas disciplinas técnicas e práticas.

Sobretudo na etapa de formação inicial, faz considerável diferença para a vida profissional do policial e para o contexto democrático, a transmissão de ideias,

conhecimentos e práticas tendo por pressupostos os direitos humanos. Conclui-se, então, que ao analisar as normas e instruções que regem o sistema educacional militar, que a perspectiva inferida é a de que os Direitos Humanos têm exponencial relevância no processo formativo dos cadetes da Polícia Militar do Pará, apresentando-se não apenas como disciplina isolada e descontextualizada, mas como conhecimento transversal, interpretativo, diretivo e imperativo no que se refere aos valores e crenças que permeiam a profissão.

REFERÊNCIAS

LIMA, Roberto Kant de. Direitos Civis, Estado de Direito e "Cultura Policial": A Formação Policial em Questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 41, p.241-256, 2003. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/10281. Acesso em: 10 ago. 2025.

LOPES, Cleber da Silva. RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. TORDORO, Marcos Antonio. Direitos Humanos e Cultura Policial na Polícia Militar do Estado do Paraná. **Interfaces Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 41, jan/abr 2016, p. 320-353. Disponível em: https://doi.org/10.1590/15174522-018004122. Acesso em: 15 ago. 2025.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Resolução n.º 381/2024 – GAB CMDO/PMPA** – Aprova a Diretriz-Geral de Educação da PMPA e suas Instruções Normativas e dá outras providências, publicada no Adit. ao BG n.º 240, de 27 de dezembro de 2024.

PARÁ. (2025a). Polícia Militar do Pará. **Projeto Pedagógico Formativo do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará – CFO PM 2025/2026**, publicada no Adit. ao BG n.º ° 78 II, de 25 de abril 2025.

PARÁ. (2025b). Polícia Militar do Pará. **Resolução n.º 383/2025 – GAB CMDO/PMPA** – Aprovar o Programa de Disciplinas do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará (CFO/PM) 2025/2026 e dá outras providências, publicada no Adit. ao BG n.º N° 89 II, de 14 de maio 2025.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 22-31, 2007. Disponível em: http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/3. Acesso em: 10 ago. 2025.